

A EXPANSÃO DO MICROCRÉDITO NO POLO DE CONFECÇÕES DE TORITAMA E SUAS RELAÇÕES COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Jéssica Karolyne Soares de Brito¹; Juliane Feix Peruzzo²

¹ Estudante do Curso de Serviço Social - CCSA – UFPE; E-mail: jesoaresbrito@gmail.com,

² Docente/pesquisador do Depto de Serviço Social – CCSA – UFPE. E-mail: peruzzo.juliane@gmail.com.

Sumário: O trabalho apresenta os resultados obtidos a partir do projeto de pesquisa “A expansão do microcrédito no Polo de Confecções de Toritama e sua relações com o Programa Bolsa Família”. Neste projeto nos voltamos para a expansão do Microcrédito direcionado aos microempreendedores formais e informais que, para o governo federal, se constitui numa estratégia voltada para desenvolvimento das condições de melhorias de trabalho e renda especialmente para a população de baixa renda. A pesquisa foi realizada a partir dos procedimentos de leitura e sistematização bibliográfica, pesquisa documental e de campo. Com base nas nossas análises, é possível indicar que a proposta de disseminar políticas de crédito e microcrédito, ainda não se configura como uma estratégia que permita reverter a condição dos micros e pequenos empreendimentos informais na perspectiva de gerar melhoria das condições de trabalho e renda para os trabalhadores e nem como a saída da condição de beneficiários do Programa Bolsa Família. Evidenciamos que os trabalhadores “empreendedores” que se utilizam do Programa de microcrédito são aqueles que já possuem certa estabilidade de trabalho e renda ou, na denominação governamental, possuem “capacidade produtiva” e, os demandatários do Programa Família não conseguem, mesmo com a utilização do microcrédito, deixar de utilizarem o Programa de transferência de renda do Programa. Estas questões apontam que, a chamada as estratégias de enfrentamento da pobreza e a busca da superação das desigualdades Desta forma, a política de microcrédito reforça o caráter focalista já evidenciado nas demais políticas governamentais, direcionada para segmentos específicos e voltada para a responsabilização dos próprios trabalhadores.

Palavras-chave: bolsa família; empreendedorismo; microcrédito; microempreendedor individual; pobreza

INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela aborda a introdução das Políticas de Transferência de Renda e do Crédito Popular como uma estratégia do governo para a geração de trabalho e de renda por meio da chamada Inclusão Produtiva. Ou seja, a perspectiva governamental é de que a inclusão da população baixa renda no mercado de trabalho viria diminuir a pobreza e as desigualdades sociais. Apresentamos reflexões e ponderações no sentido de responder aos objetivos da pesquisa - a expansão do microcrédito no APL de Toritama e a sua relação com o Bolsa Família. Foi possível evidenciar os limites e contradições da expansão do microcrédito como mecanismo de geração de melhoria nas condições de trabalho e renda dos trabalhadores do Arranjo Produtivo Local de Toritama. Dentre estas contradições podemos indicar que – a natureza focalizada desta política – pouco permite a saída dos trabalhadores da condição de demandatários do Programa Bolsa Família, mas certamente reforça a responsabilização dos trabalhadores ou “empreendedores” pela condição precária de vida.

MATERIAIS E MÉTODOS

Visando atender aos objetivos e as metas do projeto de iniciação científica (IC), foram realizadas: leituras, com destaques e observações sobre o Projeto de Pesquisa; participação em reuniões de estudos e reflexões pertinentes ao tema da pesquisa. Neste processo foram priorizadas leituras dos relatórios das pesquisas já finalizadas, buscando compreender o tema e sua relação com os objetivos da pesquisa e a relação da proposta do microcrédito/programa bolsa família, no contexto do Arranjo Produtivo Local (APL) de Toritama/PE. Após as leituras, buscou-se ampliar o referencial teórico e conceitual sobre o objeto da pesquisa, através de pesquisas documentais e bibliográficas como livros, dissertações, teses e artigos publicados em diferentes revistas impressas e eletrônicas. Também foram realizadas pesquisas, em sites oficiais, buscando obter dados relativos ao quantitativo de microempreendedores usuários do Programa Bolsa Família, assim como o quantitativo destes usuários que, pelo acesso ou ao microcrédito ou com a formalização de Microempreendedores Individuais (MEI), conseguiram sair da condição de demandatários do Programa Bolsa Família. Realizamos também pesquisas em relatórios das Agências Bancária, especificamente no Banco do Nordeste, Banco do Brasil, através de site do Governo Federal e no Data Social. Outro importante procedimento de pesquisa foi a ida a campo que permitiu uma observação direta com a realidade empírica da pesquisa e um contato com agentes públicos e privados locais.

RESULTADOS

Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível identificar as linhas e forma de acesso ao crédito que são concedidas pelas instituições financeiras públicas e especializadas, voltadas para os trabalhadores de microempresas ou microempreendedores de baixa renda. Esses empréstimos denominados de microcrédito não são utilizados para o consumo próprio, mas para o investimento produtivo em maquinaria, equipamentos, matéria prima, e a estabilização da empresa formal e/ou migração das empresas informais para formalidade. Estas ponderações foram identificadas na pesquisa de campo realizada no município. Também podemos apontar que os trabalhadores que buscam acessar algum tipo de crédito são aqueles que já possuem uma condição de trabalho e renda em melhores condições e que neste processo, podem ser empreendedores capazes de contratar empregados para a realização dos seus negócios. Porém, ficou também evidenciado, na fala dos gestores, que a expansão das atividades laborais perpetua o ciclo da informalidade na produção e na contratação dos trabalhadores. Outro aspecto a ser destacado é que o acesso ao Microcrédito Produtivo Orientado – MPO ainda é pouco utilizado e quando o é, o mesmo é, prioritariamente, realizado individualmente. A baixa procura pode ser identificada pelo número de operações e valores realizados no ano de 2014: foram 94 operações de concessão de microcrédito, em valores de 2 mil a 10 mil reais, com percentual de inadimplência baixo, oscilando entre 2,5% e 3%.

Entretanto o propósito de atingir a população em extrema pobreza não está sendo efetuado já que a população usuária do crédito possui características bem específicas, pois, nem todos os sujeitos que são demandatários do Programa Bolsa Família (PBF) conseguem dispensar esta renda para tão somente sobreviver do próprio microempreendimento. Isto pode ser evidenciado no conteúdo da Tabela 1.

Tabela 1 - Microempreendedores que são usuários do Bolsa Família

Microempreendedores e usuários do PBF	2012	2013	2014	2015
---------------------------------------	------	------	------	------

Brasil	244.761	364.176	478.286	525.354
Nordeste	97.180	137.954	185.764	194.114
Pernambuco	14.796	20.893	28.249	30.031
Toritama	39	78	126	153

Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4

Nota (*) dados computados até maio de 2015

Outra conclusão importante é que mesmo os que já estão na condição de MEI vem buscando acessar o PBF. Isto pode ser evidenciado no conteúdo da Tabela 2

Tabela 2- Quantidade de microempreendedores individuais inscritos no CADÚnico

Quantidade de microempreendedores individuais inscritos no CadÚnico	2012	2013	2014	2015
Brasil	504.781	855.561	1.205.512	1.331.155
Nordeste	173.710	275.315	385.694	406.460
Pernambuco	26.443	41.505	58.780	62.918
Toritama	71	152	253	310

Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4

Nota (*) dados computados até maio de 2015

DISCUSSÃO

Os Programas de Microcrédito voltados para população de baixa renda estão ancorados no Plano Brasil Sem Miséria- (BSM) O BSM, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), atua com base em três eixos: acesso a serviços, inclusão produtiva e garantia de renda. No eixo da Inclusão Produtiva, está inserido o Programa de crédito que visa incentivar os trabalhadores mais pobres a buscar desenvolver pelo seu potencial individual/empreendedor a construir alternativas de trabalho e geração de renda. Esse Programa veio a dar sustentação e garantir a inclusão social e econômica ao público-alvo do BSM. Ambos são considerados como política social (NERI; COLODETTI; BARRONE, 2011), sustentada pela *programática* do governo, que tem como propósito a diminuição do índice de pobreza extrema no país e o acesso a serviços públicos, por meio da geração de Trabalho e renda. O Microcrédito é concessão de empréstimos de baixo valor à pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente porque estes trabalhadores não possuem condições de oferecer garantias reais para o pagamento do empréstimo O acesso ao crédito pode ser efetivado por duas formas: aval solidário e acesso tradicional.. No âmbito do microcrédito a linha de crédito mais utilizada no nordeste é o Programa Crediamigo que tem por objetivo oferecer crédito de maneira rápida e possui uma baixa taxa de juros. Aliado a esta política está o programa do Microempreendedor Individual. O microempreendedor individual é aquele cidadão que trabalha por conta própria e faz de sua profissão um negócio para auto sustentação ou para sustentação da família – ação identificada como de empreendedorismo. É nesta perspectiva que para o Governo Federal seria a porta de saída do Programa Bolsa Família e a possibilidade de, pelo acesso ao crédito, ampliar a condições de trabalho e renda.

CONCLUSÕES

Apesar de toda avaliação positiva apontada pelo governo sobre o potencial do microcrédito na perspectiva de gerar trabalho e renda - podemos ponderar que o mesmo, acaba sendo direcionado para uma parcela de trabalhadores e a inserção laborativa acaba por ser uma responsabilidade dos próprios trabalhadores que terão que acessar, se comprometer e buscar desenvolver as atividades produtivas. Caso as mesmas fracassem também será deles a responsabilização. Quanto a relação da perspectiva de que os demandatários do PBF ao se tornarem MEI poderiam sair da condição de usuários deste programa, a pesquisa revelou que, embora venha aumentando o número de MEI estes não estão conseguindo deixar o PBF. Evidenciasse, portanto que a política de microcrédito e da formalização do MEI não vem se caracterizando numa política possibilitadora de alteração do quadro de pobreza e tão pouco que a mesma possa reverter o quadro das precárias condições econômicas e sociais dos trabalhadores. Além de que essas políticas, de caráter focalizado - diminuem a atuação efetiva de responsabilidade do estado em garantir políticas reais de emprego e de gerir os reais direitos sociais da população.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof^a Juliane pela orientação, conhecimento passado e pelo respeito e paciência as minhas limitações e por ter me oferecido forma de aprendizado que será levada para a vida, agradeço também aos demais integrantes do GET no período em que estiveram comigo. E agradeço a UFPE por oportunizar a iniciação científica como meio de ampliação de conhecimento e de uma formação mais crítica da sociedade.

REFERÊNCIAS

MDS. Ministério de desenvolvimento e combate a fome; Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2014.

Colodetti. P. V; Microcrédito: uma política social de redução da pobreza?; Dissertação de Mestrado em política social – 2011. Disponível em:

<<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Vicente%20de%20Paulo%20Colodetti.pdf>> Acesso em: 06 de Março de 2015.

PEdesenvolvimento. Empreendedorismo e crédito são portas de saída do Bolsa Família Disponível:><http://pedesenvolvimento.com/2014/05/07/empreendedorismo-e-credito-sao-portas-de-saida-do-bolsa-familia/>< Acesso: 25 de outubro de 2014

Data Social.

Disponível:>http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro.php?p_id=4<. Acesso: 03 de dezembro de 2014

Banco do Nordeste. Disponível: ><http://www.bnb.gov.br/resultados><. Acesso: 03 de dezembro de 2014.